Do governo à autoridade: uma breve genealogia a partir de Arendt e Foucault

From government to authority: a brief genealogy from Arendt and Foucault

DOI:10.34117/bjdv7n2-134

Recebimento dos originais: 08/01/2021
Aceitação para publicação: 08/02/2021

Fernando Bagiotto Botton
Doutor em História pela UFPR/UBA e Pós-doutorado pela UNICENTRO-Irati.
Professor Adjunto e Coordenador do curso de História da Universidade Estadual do Piauí, Campus Parnaíba.
Rua José Bonifácio 1470 Bairro Nossa Senhora de Fátima – Parnaíba – Piauí.
E-mail: fernandobotton@phb.uespi.br

RESUMO
Se quisermos compreender os desdobramentos que a noção autoridade promoveu nas esferas do político, devemos levar em consideração algumas transformações históricas que a própria noção recebeu na modernidade. Para tal, pretendemos realizar brevíssimas conexões entre as noções de autoridade de Hannah Arendt e a noção de governo em Foucault, seja em sua modalidade mais arcaica de "artes de governar" quanto na moderna noção de governamentalidade. Desta forma poderemos compreender os desdobramentos políticos que instituem um conceito de autoridade cada vez mais voltado para uma gestão de populações (no plural) e dos corpos (no singular) conectando os sentidos da disciplina à governamentalidade. Isso é parte integrante do que Adendt compreendeu por um esfacelamento da autoridade no período moderno, em que o autoritarismo acabava tomando frente às demandas cada vez mais crescentes por um líder populista, um condutor de rebanhos, ao contrário da livre plenária dentre cidadãos independentes. Articuladas, tais tecnologias ético-políticas de governo trouxeram novas vias de compreensão do governo e da autoridade na contemporaneidade, seja pela via do liberalismo/neoliberalismo, seja pela via do populismo.

Palavras-chave: governo, autoridade, política.

ABSTRACT
If we want to understand the developments that the notion of authority has promoted in the spheres of politics, we must take into consideration some historical transformations that the notion itself has undergone in modernity. To this end, we intend to make very brief connections between Hannah Arendt's notions of authority and the notion of government in Foucault, both in its more archaic mode of "arts of governing" and in the modern notion of governing. In this way we will be able to understand the political developments that institute a concept of authority increasingly focused on managing populations (in the plural) and bodies (in the singular), connecting the senses of discipline to governance. This is part of what Adendt understood by a shattering of authority in the modern period, when authoritarianism ended up taking on the growing demands for a populist leader, a flock conductor, unlike the free plenary among independent citizens. Articulated, such ethical-political technologies of government brought new ways of

understanding government and authority in contemporary times, whether through liberalism/neoliberalism or populism.

Keywords: government, authority, politics.

1 AUTORIDADE, GOVERNO E OBEDIÊNCIA

Nossa breve incursão visa questionar-se sobre algumas poucas relações entre as noções de autoridade e de governo na modernidade ocidental. Para isso, traremos algumas contribuições de Hannah Arendt mas, em especial, o pensamento de Michel Foucault para encontrarmos na obediência e no controle de condutas o tripé de constituição de uma leitura crítica dessa articulação.

Como historiador das ideias posso afirmar com facilidade que os conceitos possuem historicidade, o que aplica-se à polissêmica noção de autoridade. Talvez uma novidade no solo epistemológico moderno para remodelar esse conceito possa ser tomada da apropriação de alguns ideais do estoicismo. Segundo Nikolas Rose, apoiado nos estudos de Gerhard Oestreich, "o ressurgimento da ética estoica na Europa dos séculos XVII e XVIII foi uma resposta à crítica à autoridade, considerada ossificada e corrupta: virtudes como amor, confiança, reputação, gentileza, poderes espirituais, respeito pela justiça etc., tornaram-se os meios pelos quais as autoridades passaram a se renovar" (2011: 56). Isso significa que, a partir do contexto moderno a *autoridade* passou a ser veiculada às virtudes amorosas e apaziguadoras, em uníssono aos ideais estoicos e mescladas aos resquícios do cristianismo, que atribuíam poder àqueles homens capazes de dedicar-se ao pastoral benefício dos demais.

Obviamente o fundo político desse argumento não se baseava no puro altruísmo das lideranças, mas na tentativa de suscitar obediência ativa por parte dos subalternos, dessa forma, a questão central levantada pelas *bondosas* virtudes que delimitariam a autoridade na modernidade é o estabelecimento de um *governo das condutas* coletivas.

É por esse motivo que temos que levar em consideração as asseverações de Hanah Arendt sobre a questão da *autoridade*. Segundo a filósofa, a autoritária modernidade não é um momento de ascensão da noção de autoridade política, pelo contrário, segundo sua leitura seria um período de constante decadência esgaçamento e até esfumação de tais valores. Em oposição a isso, Arendt se inspira nos gregos para considerar que a autoridade pressupõe uma relação hierárquica de aceitação e reconhecimento mútuo por parte dos envolvidos no poder: "A relação autoritária entre o que manda e o que obedece não se assenta nem na razão comum nem no poder do que manda; o que eles possuem em comum

é a própria hierarquia, cujo direito e legitimidade ambos reconhecem e na qual ambos têm seu lugar estável predeterminado" (1988: 129). Dessa forma podemos constatar, a partir de Arendt, a existência de uma noção grega de *autoridade* que não deve ser confundida com autoritarismo, ou demais regimes baseados em poder e violência. Da mesma forma, a autoridade também não pressupõe persuasão, é justamente por isso que a Arendt afirma a inexistência da *autoridade política* no período contemporâneo, já que em alguns casos é confundida com coerção e violência, e em outros é definida como "tudo aquilo que faz com que as pessoas obedeçam" (1988: 141). Essa ideia de *obediência* para os gregos seria mais própria ao seio privado ou à esfera econômica do lar, dos escravos e das crianças, já que dentre os homens livres da esfera público-política não seria concebível uma noção de obediência fundada no desrespeito à liberdade e igualdade dentre os pares. É dessa forma que a autora interpreta Platão, considerando que "aquilo que ele buscava era uma relação em que o elemento coercitivo repousasse na relação mesma e fosse anterior à efetiva emissão de ordens; o paciente torna-se sujeito à autoridade do médico quando se sente doente" (ARENDT, 1988: 148-149). Por consequência, não lida-se com uma noção de *autoridade* como forma de coerção, convencimento ou *ludibriação*, no sentido de conduzir condutas alheias, justamente por isso a filósofa afirma que "o próprio Platão conclui ironicamente que nenhum homem, mas somente um deus, poderia relacionar-se com seres humanos da mesma forma como o pastor se relaciona com suas ovelhas" em outros termos, seria impossível para os gregos pensar em uma autoridade política como técnica de *controle de condutas*, já que na esfera pública os pares se reconheceriam por um princípio de igualdade oposto ao império escravizante exercido na esfera privada. Confundir as duas esferas na prática, na teoria ou na metáfora seria mesclar indevidamente as múltiplas formas de poderes distintamente exercidos entre as esferas pública e privada.

Tal impossibilidade platônica de se pensar numa relação de *autoridade* em termos de pastoreio de homens foi subvertida pelas múltiplas (re)interpretações, especialmente católicas, da filosofia de Aristóteles, quando pressupunham um *governante e um governado* para que se estabelecesse tal relação. Para compreendermos as delimitações históricas da noção de *autoridade*, modernamente entendida como uma ética voltada ao exercício da obediência, devemos estudar sua intrínseca aproximação com a noção de *governo*. Para isso, apostamos numa possibilidade de continuidade entre esse pensamento de Hanah Arendt com as ideias de Michel Foucault, já evidenciada por alguns filósofos contemporâneos (DUARTE, 2010).

No sentido de traçar uma *genealogia* da noção de *governo*, Foucault em *Segurança, Território e População* (2008) retoma os ancestrais desígnios católicos do que chama por *poder pastoral*: um poder espiritual que compreende a divindade e seu representante terreno como *pastor de homens, controlador de condutas e direcionador de almas*. Segundo o filósofo, por tal *poder pastoral* tornou-se possível dirigir povos e indivíduos no caminho do bem e da salvação, sob o comando do pastor caracterizado como um homem bondoso, zeloso, protetor do rebanho, aquele que rege o grupo, ao mesmo tempo em que cuida de cada um dos arrebanhados.

Sob sua voz as hostilidades seriam apaziguadas e a unidade harmônica permaneceria, ou seja, no *poder pastoral* apenas existe um rebanho pela atuação do pastor que o dirige (FOUCAULT, 1990). Trata-se de uma antiga racionalidade de poder que conecta o pastor a cada membro do rebanho, sendo que, nesse vínculo, desenvolveu-se um processo de submissão pessoal, em que os arrebanhados cumprem os desígnios daquele que os arregimenta não por que se baseia numa lei aceita por todos, mas porque a *obediência* do rebanho é fruto da *vontade* do pastor.

Para Foucault, é justamente esse o contexto em que a obediência muda de significado, de incômoda e vexatória para os gregos, torna-se uma virtude, portadora de finalidades muito específicas: "levar os indivíduos a trabalhar na sua própria 'mortificação' neste mundo. A mortificação não é a morte, certamente, mas renúncia a este mundo e a si mesmo: uma espécie de morte cotidiana" (FOUCAULT, 2008: 235), renúncia frente à onipotente vontade do pastor, é assim que "o homem ocidental [...] aprendeu durante milênios a se considerar uma ovelha entre as ovelhas. Durante milênios, ele aprendeu a pedir sua salvação a um pastor que se sacrifica por ele" (FOUCAULT, 2008: 174).

Para o filósofo o *poder pastoral* foi sistematicamente enfatizado no medievo pela Igreja Católica, que o instrumentalizou de maneira mais efetiva: "o pastorado no cristianismo deu lugar a toda uma arte de conduzir, de dirigir, de levar, de guiar, de controlar, de manipular os homens, uma arte de segui-los e empurrá-los passo a passo" (FOUCAULT, 2008: 218-219). Esse haveria de ser o nascimento de uma racionalidade religiosa que partia da noção de obediência *individual, exaustiva, total e permanente* (FOUCAULT, 2008: 242), sendo que a própria individuação se estabelecia pela posição hierárquica do indivíduo frente à servidão. Por meio dessa racionalidade as condutas do pastor passam a ser impressas nos arrebanhados: "O pastor deve ensinar por seu exemplo, por sua própria vida, e, aliás o valor deste exemplo é tão forte que, se ele não dá uma boa

lição com sua própria vida, o ensino teórico, verbal, que vier a ministrar se verá obscurecido" (FOUCAULT, 1990: 88).

Assim, o *pastorado cristão* delineia uma individuação que se define pelas relações de sujeição e obediência, ou seja, dimensões de uma *autoridade pastoral*. Para Foucault, até o século XVI tal subjetivação estava permanentemente relacionada a um ideário de salvação própria, de espiritualidade interior, de apatia e mortificação para o alcance da salvação pessoal, elementos alheios a qualquer conotação política, já que em geral a Igreja era a responsável pela condução das condutas enquanto ao soberano cabia o gerenciamento dos territórios. Porém, em meados do século XVI o gerenciamento dos territórios e a condução das condutas passaram a operar sob a mesma racionalidade, impressa na insígnia do *governo,* que progressivamente adentrava no campo da política e do Estado.

Para compreender a entrada do *governo* na política moderna, Foucault estudou diversos manuais e *espelhos de príncipes* católicos redigidos no decorrer dos séculos XVI a XVIII, especialmente *O espelho político, contendo diversas maneiras de governar* (1567), escrito por Guillaume de La Perrière e *A geografia e a moral do príncipe* (1651) de La Mothe Le Vayer, que se posicionavam abertamente contrários à doutrina de Maquiavel e seu *príncipe* tido como imoral. Tais manuais foram definidos por Foucault como aqueles que introduziram a temática das *artes de governar*, sua singularidade reside no fato de inserirem no vocabulário político uma concepção de *governo* inspirada nos moldes do *poder pastoral* católico.

Nesses espelhos o *governo* é tratado como um atributo tanto político-estatal, quanto espiritual-moral: "Como La Perriére, outros também, tratando da arte de governar, lembrarão regularmente que se diz igualmente 'governar uma casa', 'governar almas', 'governar crianças', 'governar uma província', 'governar uma família'" (FOUCAULT, 2008: 124). É pela abrangência ilimitada das *artes de governar* que tais manuais afirmam uma concepção de *governo* que é eminentemente política e subjetiva, um poder exercido não apenas num território e suas extensões, mas também nos indivíduos, seus pensamentos e interioridades. Uma matriz de poder que se espalha transfronteiriçamente pelas múltiplas instâncias, sejam espirituais, pedagógicas, estatais ou familiares. A lógica que unificaria tais instâncias era o desenvolvimento de técnicas de *obediência* e *lealdade,* celebrando o matrimônio entre autoridade, subjetividade e governo. Para Foucault, La Perrière esboçou uma teia difusa e abrangente de governos em que põem no mesmo patamar o *governo* do príncipe, do pai, do sacerdote, do professor, em suma, as *artes de*

governar introduziram a generalização de um *governo* de almas e corpos que abrange conjuntamente os pares: mando-obediência, público-privado, coletivo-individual, estatal-familiar e, como veremos adiante, masculino-feminino.

É no sentido de cruzar tais dimensões políticas que Le Vayer estabeleceu três modalidades contínuas de governo: "o governo de si mesmo, que pertence à moral; a arte de governar uma família como convém, que pertence à economia; e enfim a 'ciência de bem governar' o Estado, que pertence à política" (FOUCAULT, 2008: 125). Desses três governos Foucault salienta que há uma *continuidade* entre eles, especialmente no tocante do segundo ao terceiro, ou seja, há uma íntima relação entre a economia (enquanto governo da família) e a política (enquanto governo do Estado).

Para o filósofo, tal ligação entre família e gestão de Estado, alinhadas diametralmente pela noção de *governo*, se deu por meio de dois tipos de continuidades: uma ascendente e outra descendente. A primeira postulava que o pretendente a governar um Estado deveria, em primeiro lugar, saber governar a si mesmo, no sentido de possuir uma boa conduta moral, em segundo lugar, deveria exercer boa gestão da família, para apenas assim ser digno de governar um Estado. Já a continuidade descendente postula que o bom governo repercute diretamente na conduta dos indivíduos ou na gestão das famílias, ou seja, quando um Estado é bem governado consequentemente os pais sabem governar decentemente sua família na mesma medida que os indivíduos também se autogovernam convenientemente. Ou seja, a principal questão posta pelas *artes de governo* desde o século XVI era "como introduzir [na gestão de governo] a economia? – isto é, a maneira de administrar corretamente os indivíduos, os bens, as riquezas, como [se fosse] fazê-lo no seio de uma família, como pode fazê-lo um bom pai de família" (FOUCAULT, 2008: 126). É um exercício de inserir a família/economia no interior de um Estado/governo a partir do avatar da *autoridade*.

Sublinhamos nesse percurso foucaultiano a formulação moderna de uma concepção de *governo* que se preocupa com toda a coletividade, ao mesmo tempo em que objetiva o direcionamento das almas individuais. Um governo que articula de maneira abrangente tanto o Estado e a política, quanto a família e a economia, se valendo da metáfora paterna e pastoral para ilustrar a função do governador. Desse jogo de dimensões políticas se configurou uma ordem do mundo que definiu os alcances da autoridade no contexto do *antigo regime* europeu ocidental. De todas as formas, Foucault compreende que tais *artes de governo* não foram simplesmente suplantadas pela constante racionalização da política. Mesmo com as revoluções sociais e epistemológicas pelas

quais passou a Europa na virada do século XVIII para o XIX, essa configuração de governo lançou linhas de continuidades e descontinuidades que exigiram uma nova metodologia destinada a organizar diferentes configurações da noção de gestão de condutas, para resolver essa equação ético-política o filósofo funda a noção de *governamentalidade*, um poder que articula a administração dos corpos individuais (via disciplina) com o corpo das coletividades (via estatística). Tal articulação entre as noções de autoridade e governo tornariam cada vez mais próximas, atravessando em grande medida nossa contemporaneidade simultaneamente (neo)liberal e (neo)nazista.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hanah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988.

DUARTE, André. *Vidas em Risco*: Crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2010.

FOUCAULT, Michel. Omnes et Singulatim: Por uma Crítica da "Razão Política" In: Novos Estudos CEBRAP, Nº 26, março de 1990, 77-99.

_____ Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008

HALL, Calvin; LINZEY, Gardner. *Teorias da personalidade*. São Paulo: EPU, 1984.

LA MOTHE LE VAYER, François de. L'Economique du Prince. Paris: Courbé, 1653
ROSE, Nikolas. *Inventando nossos selfs*: Psicologia, poder e subjetividade. Petrópolis: Vozes, 2011.